



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

MEMÓRIA(S) DA ETFBA DURANTE A DITADURA CIVIL MILITAR: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Gilneide de Oliveira Padre Lima*
(UESB)

Lívia Diana Rocha Magalhães**
(UESB)

RESUMO

Neste texto, vamos privilegiar uma análise, à luz da teoria da memória coletiva, de seis dos relatos que compõe uma publicação sobre os Cem anos de Educação Profissional no Brasil: História e Memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009). Este trabalho, se constitui num primeiro momento de aproximação do nosso objeto de estudo, que são as vivências dos sujeitos no interior da Escola Técnica Federal da Bahia durante o período da ditadura civil militar no Brasil. Verificamos que, embora as entrevistas não tenham sido realizadas particularmente para esse trabalho, elas permitem uma aproximação com o nosso objeto de estudo, ao considerar os registros de memória que encontramos e que revelam a singularidade e a importância daquele período para os que estavam naquela instituição escolar, no período em apreço.

PALAVRAS-CHAVE – ETFBA – Ditadura – Memória Coletiva

INTRODUÇÃO

O presente texto se constitui numa primeira aproximação do objeto de uma pesquisa que estamos desenvolvendo no PPGMLS – doutorado - cujo objetivo é analisar as memórias construídas pelos professores, estudantes e técnico administrativos da

*Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Campus Vitória da Conquista. Participante do grupo de Pesquisa Memória Geracional, Políticas Educacionais e Trajetórias Sociais do Museu pedagógico da UESB. Professora do Instituto Federal Ciência e Tecnologia da Bahia – *Campus* de Vitória da Conquista. E-mail: gilneidepadre@hotmail.com

**Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, doutora em educação pela UNICAMP, com pós-doutorado em Psicologia Social pela UERJ e estágio na Universidad Complutense de Madri. Coordenadora Geral do Museu Pedagógico da UESB, e do grupo de Pesquisa Memória Geracional, Políticas Educacionais e Trajetórias Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. lrochamagalhaes@gmail.com



ETFBA, sobre o período compreendido entre 1964 e 1985, para identificação dos mecanismos de repressão e resistência adotados pelos sujeitos partícipes desse processo no interior dessa instituição escolar.

Um novo período da história do Brasil se inicia em 1964, quando num golpe de Estado o presidente João Goulart é deposto, finalizando a democracia populista vigente desde 1946. Trata-se conforme Germano (2011 p. 17) de uma “coalizão civil e militar, [...] que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes”, nesse conjunto estão presentes a “burguesia industrial e financeira - nacional e internacional -, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas”. Isso nos leva a considerar que a partir de então foi instalado no país uma ditadura civil-militar.

Essa iniciativa proporcionou a ascensão das forças armadas ao poder executivo do Estado, com a implantação de um regime autoritário, que perdurou por vinte e um anos – de 1964 a 1985. Evidentemente, esse contexto que ecoa em toda a sociedade tem os seus reflexos nas políticas sociais de um modo geral e nas políticas educacionais, particularmente, trazendo repercussão na instituição escolar.

A partir de então, a política governamental adotou três modificações básicas. A primeira foi a centralização do processo de decisão nas mãos do poder Executivo, obviamente sobre áreas consideradas vitais para a “segurança nacional”. A outra foi a ampliação da estrutura tecnoburocrática de controle da economia sob a tutela do Estado. Por último foram criados mecanismos de repressão e reordenação de políticas que garantiriam a estabilidade social necessária para a implantação do regime ditatorial (MACHADO, 1982).

Essa efervescência de acontecimentos repercute no interior da Escola Técnica Federal da Bahia -ETFBAe é vivenciado pelos seus principais sujeitos sociais: professores, corpo técnico administrativo e estudantes, em suas singularidades, sentidos e significados. Ali estão grupos de sujeitos que vivenciam a realidade concreta, gerando coexistências de memórias. Memórias que, recuperadas, poderão propiciar a reconstrução, reinterpretação e recontextualização do período em estudo naquela



instituição escolar, e proporcionar uma visão ampliada do processo e itinerário dessa importante escola pública baiana e brasileira.

Nesse texto, vamos privilegiar uma análise de seis dos relatos que compõe o capítulo “História individuais: tecendo a história do Instituto Federal da Bahia” do livro *Cem anos de Educação Profissional no Brasil: História e Memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*¹⁰¹. Este trabalho se constitui num primeiro momento de aproximação do nosso objeto de estudo, que são as vivências dos sujeitos no interior da Escola Técnica Federal da Bahia durante o período da ditadura civil militar no Brasil.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL MILITAR: BREVES CONSIDERAÇÕES

Em decorrência do golpe civil militar de 1964, o Brasil passou a ter uma nova orientação política e ideológica de reorganização da escola. E a educação passou a ter suporte ideológico, principalmente na Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1961). Nessa ótica, a educação é considerada fator de desenvolvimento, de geração de renda e mobilidade social. Essa teoria confere um forte acento economicista e funcionalista em suas análises sobre a relação entre o sistema educacional e o sistema produtivo, atribuindo a esta relação um caráter linear direto, isto é, quanto maior elevação dos níveis de escolaridade da população, maior será a elevação nos salários dos trabalhadores e nos índices de desenvolvimento econômico e social do país.

No período ditatorial, as políticas educacionais, inclusive as políticas de formação da classe trabalhadora e do ensino técnico-profissional, contaram com intensa orientação conceitual das correntes identificadas com as formulações da Teoria do Capital Humano, que tiveram forte contribuição de consultores norte-americanos, por meio dos convênios MEC-USAID. Esses acordos - firmados entre o governo brasileiro através do MEC (Ministério da Educação) e da Usaid (United States Agency for

¹⁰¹SANTOS, Andréa S. e MOREIRA, Virlene Cardoso. Histórias individuais: tecendo a história do Instituto Federal da Bahia. In: FARTES, Vera; MOREIRA, Virlene Cardoso (Org.). *Cem anos de Educação Profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: EDUFBA, 2009.



InternationalDevelopment) - tinham como objetivo promover mudanças consideradas radicais pelo governo militar, para a articulação entre a educação e o fornecimento de mão-de-obra qualificada para as indústrias tayloristas, que aqui se instalaram (LIMA FILHO, 2002).

A partir de então a teoria do capital humano, no Brasil, foi ganhando materialidade através das mudanças relacionadas às políticas públicas para a educação, de modo geral, e particularmente para a educação profissional, tanto internamente por meio de transformações políticas e de seus objetivos, quanto no plano externo, através de alterações no processo produtivo e na inserção do país na ordem econômica mundial. Para atender à expansão do capitalismo no país, o sistema educacional precisou ser moldado, e nesse processo tanto o Estado quanto a empresa compareceram, para defender os seus interesses na escola.

Nesse contexto de ditadura, autoritarismo, repressão e cerceamento das manifestações populares, em 1971, o Estado convocou um grupo de estudos para elaborar as novas diretrizes e bases da educação e, sem consultas prévias à sociedade, toda a estrutura do ensino foi modificada, novas denominações foram criadas e o sistema de ensino, baseado em ramos profissionais, foi eliminado. Assim, em 11 de agosto de 1971 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus – LDB, a Lei n. 5.692 que trouxe como grande novidade a institucionalização da profissionalização universal e compulsória no 2º grau.

Longe de significar a democratização da profissionalização, essa Lei instituiu uma educação excludente, pois tinha como um de seus objetivos, não manifestos, a contenção da demanda para o ensino superior. O caráter de terminalidade atribuído ao ensino de 2º grau visava atingir um grande número de alunos que pudesse sair do sistema escolar mais cedo e ingressar imediatamente no mercado de trabalho. Essa LDB, desde que foi promulgada, foi alvo de muitas críticas, resistências e debates.

A partir da Lei 5.692/71, o ensino técnico industrial deixava de existir enquanto sistema de ensino. Entretanto, continuava a cumprir a sua tarefa do mesmo jeito que já cumpria antes de 1971, pois seguia sendo a principal fonte de mão de obra especializada em nível médio. Isso porque as escolas convencionais se mostraram incapazes de



ministrar uma educação técnica coerente com a nova legislação, devido a diversos problemas, entre eles: dificuldades financeiras, de equipamento, inexistência de professores qualificados e outros (MACHADO, 1982).

No início dos anos 1970, com empréstimos e investimentos estrangeiros, a economia brasileira entrou num período de grande crescimento, o chamado "milagre econômico", com a criação de empregos em massa e a manutenção da inflação sob controle. O governo da ditadura, através da exacerbação da doutrina de segurança nacional e da repressão aos movimentos sociais, ampliou a exploração dos trabalhadores e conseguiu fazer a economia nacional crescer a olhos vistos. Esse período foi marcado pela intensificação da internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações através da hegemonia do capital financeiro.

No decorrer dessa década, a reorganização da produção industrial, a partir das novas tecnologias de gestão e de produção, foi fundamental para a sociedade capitalista. Nesse contexto, as instituições de qualificação profissional ganharam relevância. As escolas técnicas federais, entre elas a ETFBA, foram convocadas a contribuir com o processo de desenvolvimento industrial por meio da formação de mão de obra qualificada para atender às demandas das indústrias que começam a se multiplicar pelo país.

O CONTEXTO DE INSERÇÃO DA ETFBA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL MILITAR: BREVES CONSIDERAÇÕES

A década de 1970 inaugurou uma nova fase na economia do Estado da Bahia, com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) juntamente com o Polo Petroquímico de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. O surgimento do CIA esteve integrado a uma política de planejamento industrial regional, que envolvia o Banco do Nordeste, a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e a Petrobrás que já estava instalada no estado desde a década de 1950.

Esse cenário econômico no Estado, segundo Lessa (2002), trouxe mais expectativas para a formação de profissionais empreendida pela Escola Técnica Federal



da Bahia – ETFBA, que começou a buscar o estreitamento de vínculos com a comunidade empresarial, passando, inclusive, a rediscutir o currículo escolar. Possivelmente, buscando atender as novas demandas políticas e socioeconômicas.

Com fins a assegurar o controle social e as necessidades do mercado capitalista, todo sistema educacional seria utilizado pelo grupo político dominante, e isso exigiu a necessária reordenação desse sistema. Para atender às novas exigências do capital, o sistema educacional precisou ser reestruturado e, a fim de evitar resistências, sobretudo, a estudantil, houve intervenção na escola, tanto do Estado quanto da empresa. Na ETFBA não foi diferente. Durante os anos de 1972 e 1974 a direção da escola foi ocupada por dois interventores do Ministério da Educação e Cultura: Gabriel Gonçalves de Senna e Silva (1972 - 1973) e Nazir Ribeiro Fragoso (1973-1974) e a partir de 1974, a direção ficou a cargo do Engenheiro Ruy Santos Filho, filho do senador Ruy Santos, indicado pelo Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, que permaneceu no cargo por doze anos, até 1986.

Profundas transformações na estrutura econômica baiana foram viabilizadas a partir da consolidação da industrialização na década de 1970, fazendo com que houvesse uma redução do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor secundário no PIB estadual, principalmente dos segmentos químico e petroquímico e extrativo mineral. O desenvolvimento desses setores fez da Bahia uma das principais fornecedoras nacionais de matérias-primas e bens intermediários (ALCOFORADO, 2003). A concentração do conjunto de empreendimentos do CIA e do Polo Petroquímico de Camaçari na Região Metropolitana de Salvador fez com que a região passasse a responder por 70% da produção industrial do Estado. O projeto de industrialização da Bahia se inseria no projeto nacional de desenvolvimento, posto em prática pelo governo federal.

Esse cenário econômico no Estado, segundo Lessa (2002), trouxe mais expectativas para a formação de profissionais empreendida pela ETFBA que começou a buscar o estreitamento de vínculos com a comunidade empresarial, passando, inclusive, a ampliar as possibilidades para o estágio curricular, e a discutir sobre o currículo escolar. Essa proximidade também promoveu o envolvimento direto da comunidade



escolar com o desenvolvimento de novas tecnologias dos processos produtivos e favoreceu a compreensão dos perfis e tendências do mercado de trabalho para os seus egressos. É possível que os desafios trazidos pela implantação do Polo Petroquímico de Camaçari tenham obrigado a ETFBA a se recompor para atender às demandas da criação e implementação daquele complexo industrial, principalmente a partir da segunda metade da década de 70, conforme assegura Fartes (2009).

Para essa autora, o trabalho nas indústrias petroquímicas representou um meio de ascensão social para os candidatos de profissões de nível médio. Ali eram oferecidas aos técnicos, remunerações iguais ou superiores a graduados no nível superior; além de benefícios extra salariais como transporte, alimentação, auxílio-educação, seguro social, além da possibilidade da realização de cursos fora do país, entre outros. Possivelmente, esse contexto tenha elevado a procura da população pela ETFBA, isso porque era exigida a escolaridade de segundo grau para os empregos operários mais especializados, o que levou empresas e escolas baianas a coordenarem suas políticas de recrutamento com a ETFBA (FARTES, 2009).

Aliado a isso, também concorreu para o aumento de demanda a institucionalização da profissionalização universal e compulsória emanadas da nova Lei 5692/71, que regia o ensino de 1º e 2º graus no Brasil. Como as outras escolas técnicas federais, a ETFBA também era tida como um “paradigma de ensino profissionalizante” de difícil reprodução pelos colégios tanto públicos quanto privados (CUNHA, 2000, p. 196). A excelência em qualidade aliada a oportunidades de bons empregos, fez com que a procura pela ETFBA ultrapassasse os filhos da classe trabalhadora e também chegasse aos indivíduos oriundos da classe média. A população estudantil, que era de 1059 alunos em 1971, passou para 1798 em 1974, que teve uma procura de 5020 candidatos ao exame de seleção (LESSA, 2002), número que praticamente dobrou após 1975, de acordo com a pesquisa realizada por Fartes (2009).



A TEORIA DA MEMÓRIA COLETIVA: SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA EM ANDAMENTO

As pesquisas relacionadas às instituições escolares são mais proeminentes no Brasil, sobretudo a partir dos anos de 1990. No âmbito da História da Educação, este tema tem importante relevância entre os educadores e constitui objeto de pesquisa em distintos Programas de Pós-Graduação em Educação no país. Para, além disso, juntos a esses programas, tem-se ainda os grupos de pesquisas que se debruçam sobre a temática¹⁰².

Entretanto, é possível verificar que, nesses trabalhos, ainda há poucas referências a noção de memória coletiva e social que povoam a escola e sua institucionalização oficial e real. Não verificamos haver nesses trabalhos uma discussão explícita sobre a memória coletiva dos grupos ou dos indivíduos que ocupam o espaço institucional escolar entre as categorias analíticas abordadas¹⁰³. Isto nos leva a crer que existem lacunas no estudo da memória enquanto categoria analítica nas pesquisas sobre as instituições escolares que perduram no tempo. Também ainda é insuficiente a produção sobre a educação na ditadura. Menor ainda é o número de pesquisas sobre instituições escolares na ditadura.

Conforme uma busca que realizamos, em setembro de 2014, no banco de dados da Capes, a partir das palavras chaves “instituição escolar” e “ditadura”, não encontramos nenhum trabalho concluído de 2010 até os dias atuais. Buscando apenas a palavra chave instituições escolares, localizamos um trabalho de José Esteves Evagelidis intitulado “O colégio Canadá nos arquivos do DEOPS/SP”, da Universidade Católica de Santos que aborda a temática. Com uma busca menos refinada “a partir de todos os campos” encontramos dois trabalhos relacionados às ações docentes em tempo de ditadura, um sobre a interferência do regime militar e religiosa no processo pedagógico e outro sobre o centro cívico escolar. É bem possível que existam outros poucos trabalhos que tratam do tema, mas que utilizam outras palavras chaves.

¹⁰². Cf. Nosella, Paolo e Buffa, Ester. **Instituições Escolares Por que e Como Pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

¹⁰³ Idem



Consideramos que pesquisar instituições escolares, pressupõe pesquisar os grupos que ali vivenciam a realidade concreta gerando coexistências de memórias consensuais e memórias conflitivas, entre outros aspectos. Acreditamos que os relatos dos sujeitos que vivenciaram o período de 1964 a 1985 fornecem um novo olhar sobre esse período da história do Brasil, particularmente na Bahia. Por meio delas, será possível elucidar conflitos, tensões, resistências, impressões e concepções existentes no cotidiano escolar, o que, certamente, trará uma relevante contribuição ao estudo da história da educação no período. Assim, nesse trabalho, tomaremos o pensamento de Maurice Halbwachs como um importante referencial para os estudos da memória coletiva que movimenta o interior das instituições escolares.

Ainda que já houvesse estudos sobre a memória, a exemplo dos importantes trabalhos de Henri Bergson¹⁰⁴ (1859-1941) e Sigmund Freud¹⁰⁵ (1856-1939), atribui-se a Maurice Halbwachs (1877-1945) o mérito de transportá-la do domínio individual para o campo coletivo/social. A sua maior contribuição foi a percepção de que, para além do âmbito da mera rememoração, existe a memória como fato social. Discípulo de Durkheim, Halbwachs acrescentou aos seus estudos algumas ideias defendidas por seu mestre. A principal delas é considerar que o coletivo define o individual, ou seja, a sociedade sobrepuja o indivíduo.

Embora apresente uma distinção entre memória individual e memória coletiva, o autor assinala que mesmo individual, ela abrange dimensões coletivas, haja vista que as lembranças individuais são amparadas nas lembranças de outro indivíduo ou do grupo ao qual pertence.

Ele afirma que, mesmo quando parece particular, a memória está relacionada a um grupo, com a sociedade, acrescentando:

¹⁰⁴ Henri Bergson, filósofo francês, que publicou a obra *Matéria e Memória* (1897) onde defendeu a ideia de que a memória não estaria restrita a uma função mecânica do cérebro ou do sistema nervoso. Sem descartar o componente material e biológico para explicar a memória, ele a defendeu enquanto intuição humana se contrapondo às investigações biológicas daquela época.

¹⁰⁵ Embora Freud não tenha escrito um tratado sistemático sobre a memória, ela é uma referência central em sua teoria, pois, todo o psiquismo é um aparelho de memória.



Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem [...] (HALBWACHS, 2006, p. 26).

Os testemunhos constituem importantes instrumentos da memória, pois ao subsistirem, denotam que quem os relata participou de algum modo do acontecimento — seja como ouvinte, seja como sujeito— e dele fez permanecer traços de lembranças. Se forem esquecidos, é em razão das experiências que não são mais compartilhadas pelo indivíduo ou pelo grupo, ou seja, não há mais um sentimento de pertencimento por parte daquele que, embora tenha compartilhado da experiência, não consegue recuperar a mesma lembrança. Assim, a memória individual se converte numa memória coletiva. Ambas estão intimamente relacionadas e, embora categoricamente distintas, elas são interdependentes. Frente a isso, é compreensível o entendimento de um ou mais grupos por meio de uma identificação social ou profissional, enfim em seu aspecto afetivo, geradoras de vivências comuns ou próximas.

Naturalmente, a partir das narrações e da nossa perspectiva teórica, partimos da suposição de que a vivência desse intenso período, ditadura civil militar, no interior da ETFBA, derivam memórias construídas por seus principais sujeitos: trabalhadores e estudantes que ali estavam cotidianamente. Contudo, numa mesma instituição poderíamos dizer que há muitas memórias — quantos grupos e seus subgrupos, a depender do lugar que os sujeitos ocuparam no seio das relações sociais.

Tomemos como recorte, por exemplo o processo de intervenção política realizado na ETFBA durante o período da ditadura civil militar, e o fato de quando nos remetemos as entrevistas sobre a escola naquele momento, no dia-a-dia institucional; e ainda ponderações sobre os mecanismos de repressão e resistências ocorridos na instituição durante o período da ditadura civil militar no Brasil, particularmente na Bahia.



Vamos observar que enquanto, por exemplo, um dos alunos de então reporta-se ao momento vivido como um período de repressão, o menciona como um fato que não o atinge. O depoimento parece apontar para a existência de uma memória estabelecida como consenso no interior da instituição: um consenso certamente instituído em nome da tecnocracia, a qual subsidia a formação do capital humano, cuja teoria norteava a formação técnica, como já reportamos anteriormente. As palavras do ex-aluno, possivelmente como outros, dentro de sua posição no grupo de estudantes, ou seja, da memória individual/coletiva, indicam haver um distanciamento da escola em relação ao seu contexto sócio-histórico e econômico, em detrimento da formação humana em prol da profissionalização. Vejamos

O processo da intervenção não teve muito questionamento por parte dos alunos, mesmo porque nós vivíamos um período, a década de 70, era um período meio conturbado, ainda muito de repressão, [...], mas nós tivemos sempre aqui um pouco afastados. O curso, por ter esta característica profissionalizante, a gente tinha uma visão muito mais aqui quase que de indústria mesmo [...]

Segundo este entrevistado, “apesar de ter muitos alunos politizados”, a escola não tinha grêmios estudantis, mas um centro cívico supervisionado pelo governo por meio de um coordenador que “controlava com mãos-de-ferro e não permitia muitos arroubos políticos por parte dos estudantes”. Entretanto, apesar do aparente conformismo, havia ali conflito, pois outros, diríamos outros estudantes, não reportam ao assunto como esse depoente.

Outro entrevistado, ex-aluno que também se tornou professor da escola, assegura que os alunos se mobilizaram na tentativa de reorganizar o grêmios estudantis. Apesar do patrulhamento ideológico mantido pelo governo ditatorial no interior da escola, os estudantes tentavam se organizar. Segundo Benevides (1999), que discutiu a trajetória do movimento estudantil na Bahia nas décadas de 1960 e 1970, a ETFBA está entre os principais focos de resistência do movimento estudantil à ditadura, em Salvador.



Uma ex-aluna, professora e reitora do atual IFBA, em depoimento evidencia a participação política dos estudantes da ETFBA durante a ditadura, demonstrando que naquela instituição havia resistência:

Nós conseguimos fazer muito dentro daquele regime militar do ponto de vista político, nossa atuação política enquanto estudantes participantes de movimento, participantes de todo aquele movimento necessário pra se sair de um regime para outro. A nossa participação era muito ativa [...].

Um professor que lecionou na ETFBA por quarenta anos, em entrevista, rememora trabalho de um dos diretores da escola que se preocupava em dar aos alunos “um contexto especial, de coisas mais adequadas, para que a escola pudesse ensinar ao aluno metodologias de práticas, de como se conduzir, de como se organizar até como família”. Verificamos, nesse depoimento que o papel da escola vai além da formação técnica. Há uma preocupação em moldar o comportamento do indivíduo, de modo que, até mesmo em família a sua conduta seja alinhada com os interesses dos dirigentes escolares.

Nas entrevistas podemos verificar que as ideias relacionadas à Teoria do Capital Humano estão presentes em cada memória. Os entrevistados se referem à escola como preparatória para força de trabalho, ou melhor, para o emprego dos egressos no recém-inaugurado Polo Petroquímico de Camaçari ou no Centro Industrial de Aratu ou ainda na Petrobrás. Eles denominam essa época como os “tempos áureos” da escola. Chegando, segundo um dos depoentes, ao ponto das empresas enviarem ônibus à escola, no final do ano, especialmente “para pegar os alunos diplomados para levar [...] para o polo”.

Há em cada narrativa, um realce na importância da ETFBA como facilitadora da obtenção de empregos. Como afirma um dos entrevistados, ex aluno e professor: “a gente vinha aqui com característica para estudar, para se formar, para se empregar”. Houve um estreitamento dos laços entre a escola e as empresas que se instalavam na Bahia. Esses laços levaram à escola a criar um setor para gerir as relações o mercado de trabalho e a escola. Curioso, é observar como estas relações se davam: “O mercado de trabalho pedia: eu quero tantos alunos, as identificações, a escola tinha um



levantamento e indicava os alunos”, segundo entrevista com outro ex-aluno/professor. Por oferecer mão de obra qualificada para as empresas, a escola gozava de privilégios. É o que ressalta um dos entrevistados professor e ex-diretor:

A Escola Técnica Federal da Bahia desfrutava de um prestígio muito grande [...] A Escola Técnica participou de um grande projeto que foi realizado em convênio com o Polo e, com isso, recebeu recursos para triplicar o número de alunos existentes.

Partindo dessas narrativas, verificamos que a iniciativa privada teve interferência na escola, no período em estudo. No relato do ex diretor, ele assegura que até a matriz curricular precisou ser ajustada para atender às demandas do Polo: o estágio que era previsto para ser realizado no oitavo semestre, foi antecipado para o quinto. Isso está na memória do entrevistado como algo muito positivo. A presença de interventores e de coordenadores indicados no Grêmio estudantil indicam que também houve, nessa escola, monitoramento do governo ditatorial que ali colocava os seus representantes. Entretanto, existiram sujeitos no interior daquela instituição escolar que não deixaram de cumprir o seu papel político, o que nos leva a crer que, possivelmente, na ETFBA também havia uma formação humanística, cidadã.

CONCLUSÕES

Para nós é muito importante verificar que, embora as entrevistas não tenham sido realizadas particularmente para esse trabalho, elas nos permitem aproximar do nosso objeto de estudo. Isso porque, nelas encontramos registros de memória da vivência do período da ditadura civil militar na ETFBA. E, mesmo não tendo sido realizadas com esse propósito, elas revelam, por fazer parte da memória do grupo que ali estava, a singularidade e a importância daquele período.

Consideramos de suma importância o conhecimento dessas memórias individuais, coletivas, sociais, autobiográficas, entre outras, que continuam incidindo



sobre a sociedade, por meio de experiências compartilhadas. Elas serão determinantes para as rupturas e continuidades que, dialeticamente, constituirão a identidade institucional a partir de então. Acreditamos que o estudo desse período sombrio da história do Brasil possa contribuir para a consolidação e ampliação da democracia no nosso país e impossibilitar que qualquer forma de ditadura torne a fazer parte da nossa história.

Verificamos nas entrevistas a clara intenção de se oferecer, nesta instituição, uma formação voltada apenas para o mercado de trabalho, atendendo aos requerimentos das empresas que se instalavam no Centro Industrial de Aratu e no Polo Petroquímico de Camaçari, além da Petrobrás. Entretanto pudemos observar, por meio das entrevistas que, possivelmente, ali havia também uma formação humanística, cidadã, revelada pela memória da resistência, apontada por algumas das entrevistas.

É possível que na ETFBA tenham convivido indivíduos conformistas que se renderam aos mecanismos de repressão, mas também aqueles com perfis diametralmente opostos, indivíduos contestadores, que não se curvavam ao regime. Mas quem são eles? Onde eles estão atualmente? Como resistiram à repressão do regime? São perguntas que tentamos responder nessa pesquisa que está apenas iniciando e que pretende trazer à baila as nuances desse conflito.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando Antonio. *Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia*. Tese - Doutorado em Planificación territorial y desarrollo regional pela Universidade de Barcelona -ES. Barcelona, 2003.

BENEVIDES, S. C. O. *Proibido proibir: uma geração na contramão do poder: o movimento estudantil na Bahia e o jovem*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BRASIL. *Lei n. 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Lei de Diretrizes e Bases do ensino de 1º e 2º graus.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

FARTES, Vera L. Bueno. A Escola Técnica Federal da Bahia na memória dos anos 1970: a construção social da qualificação e da identidade operária. IN: FARTES, Vera; MOREIRA,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- Virlene Cardoso (Org.). *Cem anos de Educação Profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011
- LESSA, José Silva. *CEFET-BA - uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica*. Salvador: CCS/CEFET-BA, 2002.
- LIMA Filho, Domingos Leite. *A reforma da educação profissional no Brasil dos anos noventa*. Tese – Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- MACHADO, Lucília R. de Sousa. *Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- NOSELLA, Paolo e BUFFA, Ester. *Instituições Escolares: Por que e Como Pesquisar*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- SANTOS, Andréa Souza e MOREIRA, Virlene Cardoso. Histórias individuais: tecendo a história do Instituto Federal da Bahia. In: FARTES, Vera; MOREIRA, Virlene Cardoso (Org.). *Cem anos de Educação Profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.